

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

África e Cooperação

Portugal, a Europa e o Mundo: 25 anos de Política Externa e de Segurança Portuguesa (1980-2005) Fernando Lopo de Carvalho . Secretário-Geral da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas - UCCLA

Antecedentes e Contexto

Ao longo dos últimos 20 anos a cooperação bilateral de Portugal com os seus parceiros africanos de língua portuguesa tem-se caracterizado, sumariamente, pela existência de vontade e ausência de recursos.

Se por um lado a criação da UCCLA, em 1985, traduz a afirmação da vontade política a que nos referimos, por outro lado, a crónica carência de recursos manifesta-se de forma dramática ao nível da cooperação intermunicipal, pois constrange e cerceia uma fonte inesgotável de aproximação entre os Povos de Língua Portuguesa, que é a cooperação entre as comunidades locais lusófonas.

UCCLA - Uma Agência Horizontal Lusófona

Financiada maioritariamente pela Câmara Municipal de Lisboa, a UCCLA é vista como um instrumento da Cooperação Portuguesa. Porém, a UCCLA é estatutariamente uma instituição de cooperação internacional que pertence, em partes iguais, a todas as cidades-membro, sendo, por isso, uma Agência Lusófona de Cooperação Intermunicipal.

O facto de os beneficiários directos das acções desta agência de desenvolvimento terem assento nos órgãos sociais da organização, participando activamente na sua gestão, constitui uma mais-valia que deve ser potenciada no interesse de Portugal e de todos os países do mundo Lusófono.

A UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas, como modelo de parceria global “Norte-Sul-Este-Oeste-Público-Privada-Comunitária”, alicerçada na comunhão da língua e de culturas variadas que se tangem, poderá e deverá ser um exemplo de partilha, de convergência e de solidariedade no sentido da “Civilização do Universal” para a qual evolui a humanidade, dando conteúdo e sentido à verdadeira “co-operação”.

UCCLA – Novo Rumo

Ao cabo de vinte anos de intervenção particularmente centrada no domínio do restauro e preservação do património cultural, a UCCLA deve ser recentrada de forma a fazer cada vez mais sentido para todos os seus membros: cidades, empresas e cidadãos dos municípios lusófonos.

O Novo Rumo da UCCLA resulta da constatação das enormes carências dos municípios dos PALOP e de Timor-leste.

Pretende-se transformar a UCCLA num mecanismo de resposta ao atraso e ao subdesenvolvimento, vocacionada para agir junto das comunidades de base, onde se encontram e se enfrentam os problemas reais, transformando esta organização numa efectiva e pragmática agência de cooperação inter-municipal da lusofonia.

Impõe-se uma maior intervenção no apoio às cidades mais carenciadas, nomeadamente, dando especial atenção a África onde, nas últimas duas décadas, se agravou a situação de pobreza extrema da população deste continente. Neste sentido, e no seguimento dos objectivos estabelecidos pela ONU – Millennium Development Goals – a UCCLA deverá contribuir para a solução das situações de carência das cidades-membro apostando em áreas de intervenção que permitam assegurar a criação / manutenção de uma economia auto-sustentável, em particular:

- Investir na educação: garantir acesso à educação básica – “Education for all”, desenvolver formação técnica e formação de professores;
- Reconstruir o sistema básico de saúde de forma a conseguir uma melhoria sustentável das condições básicas de saúde;
- Investir nas infra-estruturas básicas: garantia de abastecimento de água potável, saneamento básico e fornecimento de energia;
- Garantir a segurança alimentar: desenvolvimento da agricultura e cadeia alimentar.
- Ajudar a criar condições de desenvolvimento económico dos municípios: estabelecimento de PP que permitam criar as condições para o investimento, crescimento e criação de emprego.

Para este efeito, desde finais de 2004, a Nova UCCLA tem apostado de forma determinada e consequente no seu reconhecimento e relacionamento com as Instituições Multilaterais de Financiamento, nomeadamente, o Banco Mundial, a União Europeia e o PNUD, com vista, por um lado, à canalização da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para as cidades mais carenciadas e, por outro lado, à criação de instrumentos específicos de financiamento do desenvolvimento das cidades-membro da UCCLA.

Nesse sentido, são de destacar as presenças na última Assembleia-Geral da UCCLA, realizada em Salvador da Bahia, em Julho de 2005, do Banco Mundial e do PNUD no âmbito do debate subordinado ao tema “Instrumentos Internacionais de Financiamento para os Municípios e Empresas”.

A intervenção da UCCLA neste domínio da canalização da APD revela-se crucial. A capacidade de absorção e de utilização dos fundos disponíveis no âmbito da cooperação internacional é extremamente baixa – devido, por um lado, à complexidade e morosidade inerente aos processos de candidatura e, por outro lado, à falta de capacidade na elaboração, apresentação e execução de projectos e programas financiáveis. Deverá assim a UCCLA colmatar estas barreiras fazendo a ponte entre as cidades, províncias e regiões beneficiárias e os financiadores e doadores internacionais.

E porque é importante que a UCCLA seja considerada um interlocutor útil e fiável com conhecimento do modo de funcionamento de cada parceiro envolvido, há um desafio que cumpre ser ultrapassado: colocar a UCCLA como um actor de referência na canalização da ajuda internacional para as cidades-membro.

Para isso deverá a UCCLA prestar o apoio necessário na elaboração/formatação e subsequente financiamento dos projectos candidatos à Ajuda Pública ao Desenvolvimento de âmbito multilateral e bilateral.

Por outro lado, para os Membros Apoiantes da UCCLA, empresas significativas originárias do mundo lusófono, esta forma de canalização da ajuda internacional tem como corolário o levantamento de importantes oportunidades de negócio, a título de parcerias público/privadas, permitindo o envolvimento de novos parceiros - empresas e empresários criativos e empreendedores – que contribuam para que a lusofonia venha a dispor de uma efectiva e pragmática agência de cooperação internacional. Assinale-se que esta importante bolsa de negócios, isenta de risco financeiro já que os projectos quando são apresentados já se encontram devidamente formatados e financiados - com recurso prioritário às Agências Multilaterais de Apoio ao Desenvolvimento, nomeadamente União Europeia, Banco Mundial e Nações Unidas – constitui, em nosso entendimento, uma valência de particular importância na abertura de novos mercados para as empresas da CPLP.

Desta forma o potencial de negócios nas cidades-membro da UCCLA deixará de constituir uma oportunidade adormecida, criando-se condições para que a UCCLA passe a fazer sentido tanto para as Cidades como para as Empresas Lusófonas.

UCCLA – Agência Internacional de Cooperação da Lusofonia

A UCCLA deverá assumir-se como uma verdadeira agência de cooperação e desenvolvimento da lusofonia, integrando, para além das cidades, também outros aglomerados de população/tradição lusófona espalhados no Mundo (por exemplo, Índia, Estados Unidos, Venezuela, África do Sul...).

O futuro da UCCLA deverá assentar em cinco eixos complementares:

- Ser um actor de referência na canalização da ajuda internacional para a solução dos problemas básicos das cidades-membro;
- Ser um parceiro idóneo e interlocutor privilegiado das instituições multilaterais e bilaterais de financiamento;
- Ser um consultor de referência na formulação de políticas de desenvolvimento com base nas melhores práticas internacionais e na coordenação da ajuda internacional para as cidades;
- Ser um facilitador no diálogo com as instituições internacionais e no diálogo/negociação com o poder local / poder central
- Ser um promotor de um verdadeiro espaço lusófono caracterizado pela inexistência de fronteiras culturais.

E sendo uma organização partilhada pelas cidades lusófonas, a UCCLA será também, naturalmente, um instrumento da política de cooperação Portuguesa. Devem, pois, as suas valências ser utilizadas por todos os intervenientes na cooperação lusófona para a concretização de um projecto e de um desígnio partilhado por povos que guardam um valioso património comum em cinco continentes: esbater barreiras, unir povos, combater a pobreza e fazer obra, em Português.